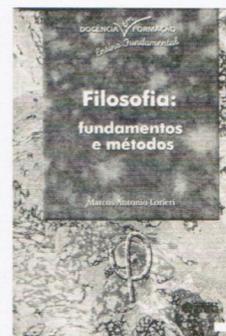

Rumo a uma ética ambiental: novas reciprocidades

Ao integrar outros valores e saberes, a EA abre-se para nova forma de relação com o ambiente de modo geral e com a natureza em particular, superando a perspectiva utilitarista, de que já tratamos anteriormente. Desse modo, poderia ser vista como um processo de formação que enfatiza a dimensão ambiental. Ao evidenciar a relação com os seres não humanos como parte de nossa humanidade, amplia a noção de humanização. Assim, pode construir ideais de convivência amistosa, respeitosa e prudente com o ambiente natural e social.



Sobre a discussão a respeito do não-humano na educação, lembramos uma citação do professor Lorieri, no volume *Filosofia*, desta coleção. Após definir a educação, em sentido amplo, como as modificações que ocorrem em qualquer pessoa, com base nas relações estabelecidas com outras pessoas, o autor acrescenta: "*Os seres humanos relacionam-se, também, com outros seres da realidade, que não seres humanos: essas relações, por sua vez, são modificadoras dos seres humanos e, portanto, em certo sentido, educadoras*" (2002, p. 27).

Ao tomar, por exemplo, o mundo natural como um bem em si, independente de sua utilidade imediata para os humanos, a EA está, de certo

modo, trazendo a relação com os seres não humanos para a cena educativa, tornando essa relação "educadora", como afirma Lorieri. Isso tem como desdobramento a possibilidade de formação de um sujeito ético capaz de reconhecer – sem deixar de ser humano, mas em uma atitude de descentramento – que há uma vida não humana pulsando no ambiente e que ela tem direito a existir e a durar para além das necessidades imediatas do consumo humano.

Semelhante crença sustenta uma atitude de respeito e prudência com relação à tomada de decisões sobre o destino e o uso dos bens naturais. É isso que está em jogo, por exemplo, quando se discute a liberação ou não de produtos transgênicos no meio ambiente, o aumento das emissões de resíduos tóxicos, as mudanças climáticas, entre outros pontos cruciais de nossos atuais dilemas ecológicos, com suas conseqüências para a duração do ambiente humano e não humano do planeta.

1. O humano que acolhe o não-humano e o "deixar ser"

O acolhimento e a reciprocidade, vividos como norteadores éticos da relação do mundo humano com a natureza, questionam a postura onipotente e controladora que tem orientado a formação do sujeito moderno e dado o tom do processo civilizatório. Essa relação de controle, predição e manipulação da natureza, tão destacada pela ciência normativa como a única maneira de conexão com o mundo, é em grande parte responsável pelo desenraizamento dos seres humanos do ambiente.

Em contraposição a esse modo de alienação do mundo, que desresponsabiliza os seres humanos pelo cuidado com o que vive a seu lado, vários autores têm-se manifestado. Entre eles destaca-se a filósofa Nancy Mangabeira Unger, que há muito vem refletindo sobre os fundamentos filosóficos do pensamento ecológico. Ela tem discorrido sobre o sentido do cuidar, do morar, do habitar o mundo em uma atitude de convivência amistosa, segundo a qual preservar e salvar é "deixar ser" a terra e seus seres, acolhê-los e preservá-los na dignidade que lhes é própria, sem reduzi-los à condição de objetos, cujo único valor está em como podem ser utilizados. Para Unger:

O preservar genuíno em uma dimensão positiva, ativa, acontece quando deixamos algo na paz de sua própria natureza, de sua força originária. Assim também, salvar não tem unicamente o sentido de resgatar uma coisa do perigo: salvar é restituir, ou dar condições para que ela se revele naquilo que lhe é mais próprio. Salvar é deixar ser (2002, p. 123).

Essa postura, que a expressão "deixar ser" traduz, é talvez um dos aprendizados mais originais que a EA poderia proporcionar. A experiência do convívio amistoso com o não-humano desloca o processo de socialização e exige uma guinada em nossos hábitos existenciais para uma atitude mais modesta, que assume a condição de finitude da existência e do ser humano no mundo e o faz respeitoso das teias de vida que o incluem e o ultrapassam, assim como de tudo aquilo que ainda não conhecemos. Esse ideário ecológico preconiza o *princípio de prudência* como balizador das decisões sobre a adoção de certas biotecnologias e outras intervenções cujos impactos ultrapassam nosso conhecimento e podem, portanto, desencadear conseqüências pouco previsíveis.

O filósofo Michel Serres, tornou-se conhecido por defender uma "trégua" nas relações de disputa e competição entre os seres humanos e a natureza, mediante o estabelecimento de um novo pacto entre a sociedade e o mundo natural. Para o autor, a volta à natureza significa, "ao contrário de um contrato exclusivamente social, juntar o estabelecimento de contrato natural de simbiose e de reciprocidade onde a nossa relação com as coisas deixaria domínio e posse pela escuta admirativa, pela reciprocidade, pela contemplação e pelo respeito, onde o conhecimento não mais suporia a propriedade nem a ação de dominação (...) contrato de armistício na guerra objetiva, contrato de simbiose; o simbiote admite o direito do hospedeiro, enquanto o parasita - nosso estatuto atual - condena à morte aquele que pilha e que habita, sem tomar consciência de que no final condena-se a desaparecer" (1991, p. 51).

A intolerância ao desconhecido e a pretensão de esgotar todos os mistérios da natureza foram bastante alimentadas pelas promessas de progresso e eficácia de uma racionalidade de tipo instrumental que aposta na capacidade humana de prever e controlar suas intervenções. Essa posição, tão característica do sujeito moderno onipotente, está na base da sanção generalizada para tratar a natureza e os fenômenos ambientais de modo utilitário e pragmático, reduzindo o mundo natural e o complexo universo das interações ambientais a um estoque de recursos a ser explorados e manipulados – sejam eles físicos (florestas, águas, fontes de energia, por exemplo) ou informacionais (do âmbito da genética, por exemplo).

A postura de *caçadores de respostas* e de *terminadores de perplexidades* está na origem de nosso sentimento de desamparo, apesar de termos acumulado tanto conhecimento ao longo dos últimos séculos. Talvez por isso, em pleno século XXI, com todos os avanços científicos, ainda podemos sentir um gosto amargo no ar, uma incômoda constatação de que todo esse saber disponível está longe de nos garantir os caminhos de uma convivência amistosa, em um horizonte de respeito à alteridade – seja o *Outro* a natureza ou os seres humanos.

2. Um novo pacto entre sociedade e natureza

Como propôs o pensador francês Michel Serres, estamos sendo convocados a estabelecer um novo pacto, denominado de *contrato natural*, o qual poderíamos entender como um contrato social ampliado, desta vez incorporando a dimensão

ambiental nos planos de futuro e na negociação do presente dos seres humanos. Nesse sentido, trata-se de enfrentar o desafio de encontrar os caminhos possíveis para reunir as expectativas de felicidade humana e a integridade dos bens ambientais. Um encontro que certamente implicaria aprendizado no qual estaria em jogo a humanização das relações com a natureza e a "ecologização" das relações sociais. Trata-se aqui de construir uma cultura ecológica que compreenda natureza e sociedade como dimensões intrinsecamente relacionadas e que não podem mais ser pensadas – seja nas decisões governamentais, seja nas ações da sociedade civil – de forma separada, independente ou autônoma.

A reciprocidade, o acolhimento e o reconhecimento de direitos iguais na relação entre as necessidades humanas e as condições ambientais são a utopia da EA. Uma utopia possível, porque já podemos vê-la despontar aqui e ali em experiências concretas. A busca da historicidade, como horizonte de proposição das relações ambientais, também nos auxilia nessa direção. Segundo o filósofo Mauro Grün (1996, p. 112): "*A dimensão ética da educação ambiental deveria ser buscada na história recalcada de nosso relacionamento com o ambiente*".

Mas temos igualmente de reconhecer ser uma utopia que ainda não congrega o conjunto da sociedade nesse novo padrão ético de educar e viver. Infelizmente, estamos deveras longe da generalização desses valores e crenças que definem as relações recíprocas com o ambiente como o fundamento para tomadas de decisões nos diversos espaços sociais de manejo de conflitos e de políticas ambientais disseminados em nosso país e em todo o mundo. Outrossim é preciso compreender os conflitos que atravessam as múltiplas compreensões

e práticas ambientais para poder sustentar uma ética ambiental que se afirme no embate com interesses imediatos e utilitaristas que não estão por ela regulados.

Bibliografia citada no capítulo

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. *A invenção ecológica: sentidos e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

GRÜN, Mauro. *Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária*. Campinas: Papirus, 1996. (Magistério: formação e trabalho pedagógico.)

LORIERI, Marcos Antônio. *Filosofia: fundamentos e métodos (filosofia no ensino fundamental)*. São Paulo: Cortez, 2002. (Docência em formação.)

SERRES, Michel. *O contrato natural*. São Paulo: Nova Fronteira, 1991.

UNGUER, Nancy Mangabeira. *Da foz à nascente; o recado do rio*. São Paulo, Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2001.



Sugestão de atividade

Chico Mendes foi líder sindical, seringueiro e ecologista. É um dos melhores exemplos de liderança que soube manter firme postura ética ante o ambiente e sua comunidade. Sua luta foi a defesa do extrativismo (a extração do látex da seringueira por famílias de extrativistas) como